

A UNIVERSIDADE E O COMPROMISSO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL *

Merece destaque o fio condutor da estruturação deste Seminário de Avaliação Institucional, em especial por sua conexão com o curso de treinamento. A estrutura proposta possibilita, não apenas discutir avaliação, mas deixa claro que esta discussão deve ser desenvolvida com uma ligação explícita com o contexto social. Não é comum encontrar essa clareza de percepção de que não se discute avaliação de uma forma técnica ou desconectada da realidade maior na qual a universidade está inserida.

Nesse sentido, o tema que me foi atribuído como responsabilidade constitui-se em um grande desafio. Procurei apontar algumas questões desta temática para que, através do debate e da nossa mútua colaboração, se faça um avanço. O que me foi pedido é trabalhar a idéia da relação da universidade com a avaliação institucional, destacando o compromisso da avaliação institucional enquanto instrumento para a reconstrução do espaço social. A própria formulação da temática sugere que não estamos encaminhando um processo de avaliação - nas instituições individualmente ou no sistema de ensino superior como um todo - simplesmente como um exercício acadêmico. Ao contrário, há uma preocupação clara com a identificação da função ou papel da avaliação. Em outras palavras, a avaliação tem um compromisso não apenas quanto ao seu papel no interior da universidade - de melhoria da qualidade - mas, também, um compromisso em abrir caminhos novos, nos quais, a reconstrução do espaço social é o elemento catalisador desta abertura social e política da universidade.

Esta exposição está centrada na avaliação de instituições de educação superior, ainda que se façam breves comentários sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sobre o recém instituído "provão" e as recentes experiências de avaliação seriada de 2º grau em substituição ao vestibular.

A questão central é buscar compreender como a avaliação institucional pode ser, efetivamente, um instrumento para que a universidade estabeleça ou solidifique uma "ponte" com a realidade social, através da qual a instituição se integra e contribui com o processo de reconstrução social.

Estou partindo do suposto de que todos concordamos que haja necessidade de uma reconstrução do social, uma reconstrução do espaço social, a expressão usada no título desta palestra. Se há necessidade de reconstrução do espaço social, é porque nós estamos tendo um consenso, preliminar pelo menos, de que este espaço social, se não está destruído, está pelo menos, na linguagem dos sociólogos, *esgarçado*. Não é um tecido social harmônico, não é um tecido social integrado; é um tecido social que está esgarçado. Que quer dizer esgarçado? Ou quais são os indicadores deste esgarçamento?

A Professora Marlene mencionava, há pouco, referindo-se à realidade da Amazônia—que é lamentavelmente a realidade brasileira e da América Latina—alguns resultados do último relatório das Nações Unidas, que fala em indicadores de desenvolvimento humano, introduzindo uma nova linguagem, ao lado dos tradicionais indicadores do desenvolvimento sócio-econômico. Este Relatório mostra que temos, hoje no mundo, um bilhão e meio de cidadãos, de pessoas vivendo abaixo do chamado nível mínimo de sobrevivência, portanto, vivendo em miséria absoluta. Apesar de alguns indicadores sugerirem que as condições de vida da população mundial, em média, melhoraram, existe hoje miséria maior tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Na tentativa de estabelecer algum consenso em nosso diálogo, nós estamos coincidindo, pelo menos, genericamente, na constatação de que o espaço social está esgarçado; o espaço social, no qual a universidade está inserida, ou deveria estar inserida, está esgarçado.

Os indicadores desse esgarçamento são de quatro níveis ou ordens distintas. Buscando estabelecer um consenso mínimo, eu serei muito breve na explicitação de alguns deles, apenas como contexto referencial para o nosso diálogo.

Os indicadores sócio-econômicos referem-se aos altos índices de miséria ou pobreza absoluta atingindo enormes contingentes populacionais, convivendo com mais riqueza e com alta concentração de renda, o que gera maior distância e desigualdade entre os indivíduos; referem-se ao desemprego, ao subemprego e à crescente e, aparentemente, inexorável exclusão social; referem-se ao aumento das taxas de mortalidade materno-infantil, um absurdo diante do desenvolvimento que a ciência já alcançou nesta matéria; refere-se à alta tecnologia convivendo com trabalho escravo.

* Conferência de abertura do I Simpósio Universitário de Avaliação Institucional, Universidade Federal do Pará, Belém, 25 a 28 de Junho de 1996 - Texto atualizado em 20/10/1996.

Os indicadores culturais referem-se à globalização que ocorre com prejuízo do local, do regional, do nativo, da identidade cultural. O desafio é a integração na aldeia global da comunicação sem a perda das várias identidades que acumulamos e das quais a harmonia social depende fundamentalmente. A perda destas várias identidades, que sustentam as relações humanas, é um processo que faz parte desse esgarçamento social, na medida que nós perdemos a identidade com o grupo imediato, não temos mais referencial social. Alguns antropólogos, estudando esta questão, observam que, em cidades como Brasília, o índice de criminalidade crescente tem, como um dos seus fatores, a escassez de relações familiares e pessoais de longa duração. Por ser uma cidade decorrente de alta taxa de imigração recente, as relações familiares são apenas nucleares, e as relações pessoais são em geral, recentes. Na ausência deste laços afetivos e culturais, que apoiam e contribuem para a estruturação psico-social do indivíduo, a tendência para a disrupção social é maior. O aumento da criminalidade é um claro indicador do esgarçamento social. Em outras palavras, a nossa integração na globalização à custa do distanciamento do nosso cotidiano, da nossa realidade pessoal e socio-cultural parece contribuir mais com o esgarçamento do que com a consolidação do tecido social.

Os indicadores educacionais que conhecemos são alarmantes. Apesar da expansão do sistema, em sua capacidade quantitativa, apesar de os professores serem mais titulados e alguma tecnologia já ter chegado à escola, estamos produzindo o interessante fenômeno dos analfabetos escolarizados e sérios indícios de pouco crescimento da qualidade da educação. Temos mais diplomados, mas temos, também, diplomados com competência profissional e ética insuficiente para um consciente e consistente desempenho profissional, pelo menos se o parâmetro for uma sociedade mais justa e solidária.

A destruição da ecologia, indicador do imediatismo e da ausência de um projeto histórico para a humanidade como um todo, é também uma manifestação de um esgarçamento social globalizado.

Temos hoje mais governo do que tivemos no passado, não só no Brasil, como no mundo inteiro. O governo está mais presente, mais visível no cotidiano, normatizando a vida, impondo limites, estabelecendo demandas e estímulos. Apesar de termos hoje, mais do que no passado, a visibilidade da normatização legal, a desordem social, se não é maior, é, pelo menos, mais visível, nos indicadores apontados.

Dentro desse quadro de indicadores do esgarçamento social, não se poderia deixar de mencionar o enorme aumento de violência, violência física, violência moral, violência éti-

ca que sofremos todos os dias de parte de semelhantes nossos, de parte de governantes, etc.

A universidade neste contexto social esgarçado

Neste contexto de uma sociedade esgarçada, como está a Universidade? Farei resumidamente uma descrição, que não pretendo seja uma caricatura; talvez seja necessário forçar um pouco as cores para tentar um entendimento, em curto espaço de tempo, das principais características da universidade brasileira diante do tecido social esgarçado, no qual está inserida.

O ensino de graduação está voltado, muito mais, para formação de profissionais liberais, isto é, para o exercício individual, sem projeto social e coletivo; com pouca sensibilidade para integrar-se em um projeto de transformação social; são capacitados para o exercício de profissões, em geral, voltadas para o aperfeiçoamento do que existe; para as mesmas soluções via mercado, o qual já demonstrou não ser a via para o encaminhamento de soluções aos problemas sociais. Por exemplo, continuamos formando mais ou menos o mesmo tipo de engenheiros mecânicos, ori-

entados pelos mesmos princípios básicos, para os mesmos motores, mais aperfeiçoados e velozes, para transporte rodoviário. É curioso que o transporte ferroviário, o marítimo e mesmo o aéreo, internacionalmente reconhecidos como alternativa econômica e ecológica, sejam algo tão estranho às nossas vivências na sociedade e na universidade. As justificativas apontam para as políticas públicas e os interesses de setores econômicos que assim determinam. Mas, o que chama a atenção e merece nossa reflexão, é o fato de que os tomadores de decisão, no setor público e também no setor privado, são formados pelas nossas universidades. A elite dirigente brasileira já faz sua graduação no Brasil. A minha geração fez doutorado fora, mas hoje muitos já podem fazê-lo aqui mesmo. No entanto, nesta faixa de idade as opções básicas—isto é o compromisso com o individual ou com o coletivo—já estão feitas, o senso de prioridades já está definido. Na pós-graduação, em geral, o estudante busca competência técnica e aprofundamento sobre uma base político/filosófica já formada. Portanto, é a universidade brasileira, através do ensino de graduação que forma, do ponto de vista filosófico, político e técnico, a elite dirigente do País.

Temos, ainda, um ensino voltado para a formação de professores e outros profissionais de educação. E aqui está um gargalo muito sério na medida que os cursos, as licenciaturas em particular cresceram; houve uma separação entre a faculdade de educação—encarregada dos aspectos didático-pedagógicos—e os departamentos básicos, responsáveis pelo

O espaço social, no qual a universidade está inserida, ou deveria estar inserida, está esgarçado

que seria a formação da competência específica deste educador. A própria instituição está vivendo esta divisão e não encontrou a solução para montar uma estratégia de formação de professores capazes de alfabetizar, de instruir e de formar os escolares. Esta é uma questão complexa e controversa, que não poderá ser aprofundada aqui. É apenas mais um indicador da relação da universidade com esta sociedade esgarçada.

A **pesquisa**, vale dizer, a produção científica, artística e cultural, em nome da liberdade de cátedra e da soberania do pesquisador, em geral, não tem estado relacionada com o mundo real e imediato. Como conciliar a criatividade e liberdade individuais, a chamada pesquisa sem compromisso com resultados imediatos - indispensável para o avanço científico - com as necessidades presentes e inadiáveis da população? Na carreira universitária, a exigência do projeto de pesquisa para justificar o regime de dedicação exclusiva transformou-se em mero requisito burocrático, com pequeno impacto sobre a produtividade das instituições.

A **extensão**, uma área que cresceu muito, caracteriza-se, muitas vezes, por uma conotação assistencialista e nem sempre consegue estabelecer o canal de interlocução apropriado entre a instituição, voltada para a ciência, e os beneficiários de suas atividades. Atende, sim, a necessidades da população mas, muitas vezes, substituindo o setor público ao prestar serviços e divulgar conhecimentos básicos (saúde pública ou técnicas agrícolas, por exemplo) que não correspondem à sua função de produção de conhecimento novo, criativo, para soluções novas aos antigos problemas.

A **gestão** parece ser a área mais problemática pois, comprometida com a norma vigente, não consegue mudar as regras e as estruturas. Está voltada principalmente para dentro, isto é, para o administrativo e o acadêmico: temos prioridades para o ensino, a pesquisa, a extensão, o planejamento, as finanças, etc. Nada, institucionalmente estruturado, voltado para auscultar e responder às necessidades sociais, regionais ou nacionais; para sintonizar a pesquisa feita aqui com aquela similar, complementar, interligada, feita acolá, na mesma instituição ou em outra. Ou para integrar-se a projetos de governo, com o objetivo de elaboração de políticas de impacto junto à população ou para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas. São raros os casos em que isto é possível, sem que se caracterize uma adesão da instituição ao partido que está no poder, naquele momento. Não temos tradição desta interlocução: ou a universidade foi invadida e manietada porque tentava ser independente ou foi adesista, colaboracionista. Um novo capítulo, sobre esta matéria, ainda está por ser introduzido na história da universidade brasileira, abrindo perspectivas para outro tipo de in-

teração com o setor público. Em algumas universidades, a extensão, ou algum setor específico, dedica-se a prestar serviços no mercado, não como forma de viabilizar pesquisa ou capacitação, mas para captar recursos no mercado, sem relação com suas atividades e funções institucionais.

Para fazer justiça, é necessário registrar que, neste quadro sumário, quase caricatural, existem ilhas de inovação e criatividade - e por isso de excelência - onde indivíduos ou grupos rejeitam sistematicamente esta lógica da submissão ao estabelecido e desafiam as estruturas de gestão da instituição e do sistema. Avançam, assim, para novos campos e estratégias de interação com o tecido social esgarçado, cumprindo uma das funções básicas da instituição, que se traduz em seu compromisso com a mudança e a justiça social. Merecem destaque a criação da UNITRABALHO, os projetos de integração com as secretarias estaduais de educação, entre outros. Em geral, são iniciativas localizadas pouco institucionalizadas e correm o risco de desaparecer, pois dependem fundamentalmente de pessoas que, nem sempre, conseguem criar as condições para a continuidade da atividade.

O compromisso filosófico, social e político da avaliação

Para examinar como é possível estabelecer este compromisso e o que ele significa, é procedente explicitar o que se entende por avaliação. Ao examinar quais são seus objetivos e finalidades, seus princípios e características, assim como as suas modalidades, veremos passo a passo como e porquê a avaliação pode, em verdade, constituir-se em uma estratégia institucionalizada de construir uma ponte efetiva com a realidade social, uma ponte que significa o compromisso com a reconstrução do espaço social esgarçado.

Todos já vivenciamos, como alunos ou professores, a experiência de avaliar processos de aprendizagem; poucos de nós tivemos oportunidade de viver outras experiências sistematizadas de avaliação, como, por exemplo, de projetos de governo ou outras de instituições ou de outros tipos de atividades. Por outro lado, todos nós fazemos avaliação todos os dias e tomamos decisões em função dos resultados de nossas avaliações. Avaliamos se demos

Apesar de termos hoje, mais que no passado, a visibilidade da normatização legal, a desordem social, se não é maior, é, pelo menos, mais visível

uma boa aula e como poderemos aperfeiçoá-la; se conversamos adequadamente, se fizemos um trabalho de forma correta; avaliamos o nosso orçamento diante de nossas necessidades; redefinimos o quanto podemos ou não podemos gastar para atender às nossas necessidades; fazemos avaliações, isto é, juízos cotidianamente e tomamos decisões em decorrência de seus resultados. Mas, o que queremos dizer quan-

do falamos de avaliação institucional, de avaliação da educação superior ?

Objetivos e finalidades

A avaliação da educação superior tem dois **objetivos** básicos: o **autoconhecimento e a tomada de decisão** com a **finalidade** de **aperfeiçoar** seu funcionamento e seus resultados. É, portanto, uma atividade intrínseca a cada instituição e ao sistema como um todo, pois interfere e produz efeitos sobre o seu funcionamento presente e futuro.

A **finalidade** da avaliação é a busca do aperfeiçoamento, portanto ela não visa punição e nem premiação, situação típica da avaliação de aprendizagem. Ao contrário, porque busca aperfeiçoamento, sua ação central é a da **reconstrução**. Eventual premiação, como estímulo ao mérito, não é desaconselhável, pois não causa dano. Punição, em especial no âmbito das instituições públicas em um País com escassez de vagas como é o nosso caso, deve ser considerada após a clara oportunidade para recuperação ou revigoramento ter sido efetivada.

Autoconhecimento significa identificar os acertos e as ineficiências, as vantagens/potencialidades e as dificuldades; envolve um processo de reflexão sobre as razões, as causas das situações positivas e das insuficiências; implica em assumir a responsabilidade efetiva da gestão política e acadêmico-científica da instituição e do sistema como um todo.

A tomada de decisão, por sua vez, é a ação inerente à avaliação conseqüente. Ou seja, conhecidas as estratégias que dão certo é necessário tentar disseminar, generalizar o sucesso. Por outro lado, é necessário deixar de reproduzir as velhas formas, modificar radicalmente o que funciona mal ou com baixa qualidade, e elaborar alternativas para a introdução de novos caminhos.

Aperfeiçoamento ou reconstrução implica necessariamente em melhoria da qualidade (do ensino, da pesquisa, da gestão, etc.). A avaliação tem importante papel na identificação dos fatores que interferem - favoravelmente e negativamente na qualidade - oferecendo subsídios bastante claros para a tomada de decisão, isto é, para a formulação de ações pedagógicas, administrativas com esta finalidade.

O processo acadêmico de reflexão traz como conseqüência levar-nos a assumir a responsabilidade efetiva da gestão política e da gestão acadêmica e científica da instituição. Quando a universidade se conhece e reflete sobre si própria, ela está tomando o seu destino em suas próprias mãos. Não está deixando que a rotina ou o que as políticas governamentais determinem as suas prioridades e o seu cotidiano. O auto-conhecimento visa o aperfeiçoamento, a melhoria da qualidade do funcionamento da instituição, de suas ativi-

des, das ações desenvolvidas pelos sujeitos dos processos de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão. A avaliação é, portanto, um processo global que envolve a instituição em todas as suas dimensões e o sistema em sua totalidade.

Esse processo de constante auto-conhecimento e reconstrução institucional é o caminho para a construção da ponte, da interlocução, da mediação com a realidade social. O processo de investigar e produzir conhecimento, o processo de formar profissionais, de qualificar professores, de entender (????) o conhecimento à realidade, se dá de uma forma sistemática e continuada. Não é processo inerte em um momento determinado do tempo. Pois, a avaliação não pode ser uma fotografia, ou um instantâneo da realidade. É um processo sistemático, porque desenvolvido, ainda que de

forma diferenciada, ao longo do tempo, integrante e presente no cotidiano da instituição. Muito importante a observação feita pela professora Marlene, que as primeiras etapas do procedimento da avaliação estarão concluídas até o final desta gestão da Reitoria, pois é necessária a institucionalização da rotina da avaliação como parte do processo de reflexão e tomada de decisão. Caso contrário, corre-se o risco de fazer apenas um

ensaio, que fica na gaveta, na próxima gestão, como lamentavelmente ocorreu na UnB. É preciso que as pessoas assumam a avaliação como parte de seu cotidiano. Assim como se assume que dar aula nos demanda um mínimo de planejamento, de avaliação do desempenho dos alunos, precisamos criar uma cultura institucional de que avaliação faz parte da nossa rotina, constituindo-se em uma ação do cotidiano regular da instituição. Deve ter espaço próprio definido nas "caixinhas" do organograma mas deve, principalmente, ser incorporada, internalizada nos sujeitos do processo acadêmico.

Princípios e características

A avaliação é **global**, porque envolve todas as atividades e instâncias da instituição ou do conjunto das instituições do sistema, seus sujeitos e seus "produtos", isto é, o conhecimento, a interpretação de mundo, as tecnologias que produz e dissemina, diretamente através da qualificação profissional e da divulgação científica e, indiretamente, através da extensão.

A atividade acadêmica de investigar e disseminar conhecimento, cultura, tecnologia e reflexão, é um **processo**. Por isso, a avaliação não pode ser um instantâneo, uma fotografia da realidade em um dado momento. Ela é, também, um processo através do qual o autoconhecimento aprofunda-se, indo às raízes dos fenômenos e situações, alcançando a compreensão contextualizada e enraizada daquilo que está sendo avaliado. A elaboração e implementação

A avaliação da educação superior tem dois objetivos básicos: o autoconhecimento e a tomada de decisão com a finalidade de aperfeiçoar seu funcionamento
